BARREIRAS ATITUDINAIS NAS PRÁTICAS FAMILIARES E OS IMPACTOS NA VIDA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Claudia Almeida Porto Mello [1]
Pâmela dos Santos Silva [2]

INTRODUÇÃO

Esse trabalho faz parte das pesquisas desenvolvidas pelo Laphe - Laboratório de Pesquisas em Educação Especial aspectos Educacionais e Psicossociais, que faz parte do Programa de Pós Graduação em Educação - Proped/Uerj, com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) e da Fundação de Apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

Ao longo da história da humanidade, as pessoas com deficiência (PcD) foram compreendidas e tratadas de diferentes formas, vivenciando uma trajetória marcada por processos de exclusão, segregação e marginalização, até a conquista de perspectivas pautadas na inclusão e no reconhecimento de seus direitos. Todo esse percurso trouxe estigmas[3] da incapacidade, inferioridade e infantilização, além das barreiras que aparecem de diferentes formas e em diversos contextos, mostrando-se limitadoras nos que diz respeito à participação social das pessoas com deficiência intelectual (DI).

As barreiras atitudinais vêm como uma das formas mais evidentes e presentes na sociedade que corroboram para a exclusão e que podem ser expressas através do preconceito, do descrédito, da superproteção, da impossibilidade de participação, da restrição da autonomia, entre outros. A partir dessa reflexão, torna-se primordial compreender esses sujeitos a partir das suas potencialidades, conforme discutido por Mello e Cabistani (2019) e Forreta (2018), que evidenciam o quanto esses sujeitos são capazes e podem ter uma vida independente e com autonomia. Dentro desse contexto, a

[1] Mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ, claudiaprofmello50@gmail.com;
[2] Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ, pamela_ssilva@yahoo.com.br;
[3] Segundo Goffman (2022, p.13) “O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo.”

família precisa ser um dos pilares desses indivíduos, oferecendo suporte e impulsionando-os para que façam escolhas, tomem decisões, participem da vida social e desenvolvam a sua autonomia e independência.

Barreiras atitudinais no contexto familiar trazem prejuízos significativos na autonomia de pessoas com DI, dificultando no desenvolvimento de suas habilidades, competências e autoestima. Diante disso, a presente pesquisa buscou analisar de que forma as barreiras atitudinais presentes nas práticas familiares, interferem na autonomia de pessoas com DI. Para este estudo foi utilizada a revisão integrativa da literatura, do período de 2014 a 2025, partindo das pesquisas já realizadas e publicadas nos anais do CONEDU no período informado.

REFERENCIAL TEÓRICO

A sociedade passou por diferentes posicionamentos em relação à percepção das pessoas com DI na história, incluindo a exposição, punição, caridade, exclusão, institucionalização, prevenção da deficiência, integração e, o mais recente, inclusão. Até os dias atuais, a trajetória de lutas pelo reconhecimento dos direitos das PcD ocorreu de forma lenta e influenciada pelo contexto histórico, valores e culturas de cada época, contribuindo para uma disseminação de estigmas e diferentes barreiras, especialmente as barreiras atitudinais, colocando-as por muitas vezes numa posição marginalizada perante a sociedade.

No Brasil, a luta pelo reconhecimento dos direitos de cidadania e pela inclusão de PcD ganhou importante respaldo com a Constituição Federal de 1988. No âmbito educacional, esse processo foi fortalecido pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), que estabeleceu diretrizes para a inclusão dos estudantes público da Educação Especial no sistema regular de ensino. Posteriormente, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 (Brasil, 2009), reafirmou o compromisso com a promoção, a proteção e a garantia dos direitos fundamentais dessas pessoas.

Na mesma direção, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015) reforçou a necessidade de eliminar as barreiras que restringem a participação social e o pleno exercício da cidadania. E mais recentemente, o Decreto nº

12.686, de 20 de outubro de 2025, instituiu a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva, reafirmando o direito à educação em um sistema inclusivo, com igualdade de oportunidades, acessibilidade e combate ao capacitismo (Brasil, 2025).

Quando falamos de pessoas com DI, as barreiras tornam-se um agravante ainda maior, visto que ao longo do tempo sofreram e ainda sofrem com o descrédito no que se refere às suas potencialidades. Por muito tempo elas foram colocadas à margem da sociedade, sendo excluídas e segregadas em instituições especializadas onde realizavam atividades repetitivas e infantilizadas.

A DI não é considerada uma doença, envolve limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, considerando as habilidades conceituais, sociais e práticas. Essas limitações têm início no período do desenvolvimento, compreendido como aquele anterior aos 22 anos de idade, de acordo com a Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento - AAIDD[4] (Schalock; Luckasson; Tassé, 2021).

Contudo, barreiras atitudinais aparecem no seio familiar, por meio de baixas expectativas em relação à capacidade de aprendizagem e desenvolvimento da autonomia. Que muitas vezes devido ao medo, insegurança, desinformação ou até mesmo práticas de superproteção, reforçam as relações de dependências, limitando a possibilidade de expressar sentimentos, desejos, sonhos e restringindo oportunidades de participação social, trazendo outras barreiras como a comunicacional, a metodológica, instrumental, entre outras.

De acordo com a LBI (Brasil, 2015), no artigo 3º, Inciso IV, define-se barreira como:

> Qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento ou de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros.

Logo, entende-se que "a deficiência está no meio, e não no sujeito, de modo que a existência de barreiras limita a autonomia das pessoas com deficiência" (Mello; Cabistani, 2019, p.3). Segundo Forreta (2018, p.9), "a deficiência intelectual não é uma

[4] *American Association on Intellectual and Developmental Disabilities.*

condição interna do indivíduo, nem tão pouco uma perturbação ou doença, mas antes um modo de funcionamento". Compreender a deficiência a partir de suas potencialidades, possibilitará quebrar algumas barreiras, uma vez que colocar essas pessoas no lugar de incapazes, limita as suas experiências e possibilidades de futuro.

Dentro desse contexto, a família tem papel fundamental, por ser o primeiro núcleo social que a pessoa vivenciará. É nesse núcleo que se começa a conhecer o mundo, onde se desenvolve a individualidade e se aprende a ser único. Essa experiência refletirá diretamente em todo seu percurso de vida, pois sentimentos como medo, raiva, rejeição, culpa, entre outros vivenciados com o recebimento do diagnóstico influenciam na estrutura familiar exigindo assim uma reorganização.

Logo, o ambiente familiar deve ser o mais encorajador possível, buscando oferecer apoio para essas pessoas, mas também possibilitando que elas tenham autonomia para seguir sua vida de forma independente, fazendo suas próprias escolhas e tendo as rédeas dos seus caminhos. Sendo assim, vale ressaltar a importância do apoio e conscientização da família sobre seus direitos e responsabilidades no desenvolvimento da autonomia desses sujeitos, pois a falta de credibilidade em relação a potencialidade desses indivíduos impactam na construção dessas habilidades.

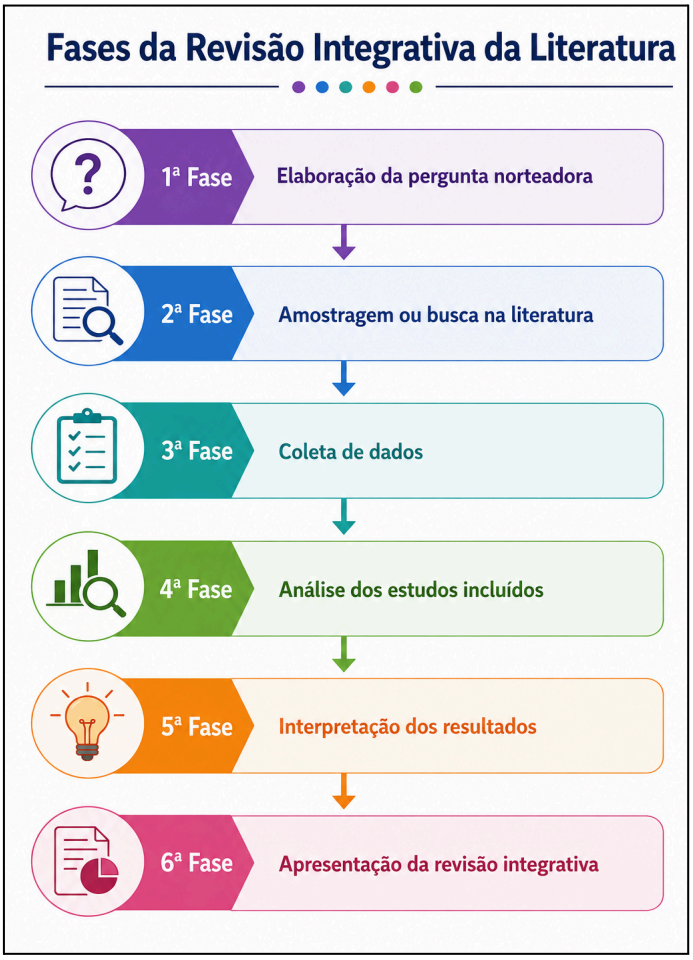
METODOLOGIA

O caminho metodológico utilizado para realizar a pesquisa foi a revisão integrativa da literatura por possibilitar uma investigação mais eficaz sobre determinado assunto, proporcionando um olhar mais amplo e profundo a partir de bibliografias anteriores, o que contribuirá significativamente para discussões de métodos e pesquisas futuras.

> As revisões integrativas são o tipo mais abrangente de método de revisão de pesquisa, permitindo a inclusão simultânea de pesquisas experimentais e não experimentais para uma compreensão mais completa de um fenômeno em questão. As revisões integrativas também podem combinar dados da literatura teórica e empírica (Whittemore; Knafl, 2005, p.547).

De acordo com Souza et al (2010), a revisão integrativa perpassa por seis fases, conforme exposto na figura 1.

Figura 1: Passo a passo para realizar a revisão integrativa.



Fonte: Elaborado pelas autoras

Descrição acessível: Infográfico intitulado “Fases da Revisão Integrativa da Literatura”, em letras cor azul-escura, organizado verticalmente em seis etapas sequenciais: elaboração da pergunta norteadora; busca na literatura; coleta de dados; análise dos estudos; interpretação dos resultados; e apresentação da revisão integrativa. Cada etapa é representada por uma cor e um ícone, conectadas por setas que indicam a sequência.

A seleção das produções acadêmicas para esta análise foi realizada nos anais do CONEDU, considerando a relevância nacional dessas publicações. A pergunta norteadora que guiou as análises deste estudo foi: De que forma as barreiras atitudinais

nas práticas familiares interferem no processo de desenvolvimento da autonomia de pessoas com deficiência intelectual?

A pesquisa realizada teve como recorte temporal de 2014 a 2025, isto é, desde o I CONEDU até o mais recente, 2025. Nas buscas foram utilizados os descritores: deficiência intelectual (DI), síndrome de Down (SD), família e barreiras atitudinais, combinados com o operador booleano *AND*.

Os critérios de inclusão estabelecidos foram: artigos publicados na íntegra; pesquisas que estejam dentro do tema abordado e estudos que tenham no título os termos família, DI ou SD. Os critérios de exclusão foram: estudos que não contemplam o recorte temático escolhido e ausência dos termos família, DI e SD no título dos trabalhos.

Após a seleção inicial dos artigos, foi realizada a leitura dos títulos, resumos e palavras-chave e, posteriormente, foi utilizada uma ficha de leitura para uma melhor organização dos dados. Essa ficha continha: especificando dados iniciais dos artigos encontrados, como: título do artigo, o ano de publicação, o autor(a), o recorte espacial, o objetivo, a metodologia, o público-alvo, os conceitos-chave, um resumo dos argumentos do autor que responda a questão da pesquisa, algumas citações relevantes, o referencial teórico base e as lacunas. A presente pesquisa identificou 46.770 artigos, dos quais apenas oito atenderam aos critérios de inclusão estabelecidos na pesquisa.

Após essa análise mais detalhada, a partir das fichas de leitura, foi realizada a interpretação dos dados a partir de dois eixos: 1) Barreiras atitudinais no contexto familiar e 2) Relação família e escola.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desde o I CONEDU, que aconteceu em 2014, até o mais atual, o XI CONEDU, que aconteceu em 2025, foram encontrados ao todo 46.770 artigos, dentre eles, 15 correspondiam ao tema abordado pela pesquisa. Essa identificação inicial, foi feita a partir da leitura dos títulos, dos resumos e das palavras-chave. Foi excluído apenas um trabalho, por não atender aos critérios de inclusão. Em seguida realizou-se uma leitura criteriosa dos demais textos, nas quais as informações coletadas foram registradas em uma ficha de leitura. Dessa forma, foram selecionados oito artigos que atenderam os critérios de inclusão.

A partir da análise das pesquisas selecionadas, foi possível refletir sobre como o tema abordado vem sendo pesquisado neste congresso, uma vez que, as barreiras atitudinais é um tema de extrema importância, especialmente no contexto familiar. Entretanto, ele ainda aparece pouco entre as pesquisas do CONEDU, que por ser um congresso de elevada relevância, indica o quanto é necessário um investimento em pesquisas a respeito do tema.

A partir desse estudo, o eixo "barreiras atitudinais no contexto familiar" abarca quatro dos textos selecionados. Bezerra et al (2019), Santos e Cotas (2019), Filho et al (2019) e Souza et al (2018).

O artigo apresentado por Bezerra et al (2019, p.1) buscou "analisar os principais estímulos geradores da emoção do medo em mães de jovens com deficiência intelectual estudantes da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) de uma escola estadual paraibana". Geralmente, a mãe é a principal cuidadora de seu filho com deficiência, sendo sobrecarregada por grandes demandas no cotidiano, o que reverbera na exposição à uma intensidade de emoções e o medo é um dos mais presentes e que marca a vivência dessas mulheres.

De acordo com Bezerra et al (2019), a família é o primeiro "berço" do indivíduo, tendo como função proteger, cuidar e guiar a criança e estabelecer o elo entre ela e o mundo social. Logo, o contexto familiar em que PcD estão inseridas, pode refletir diretamente no seu desenvolvimento, comportamento e interações sociais. Quando a família valoriza as potencialidades desses sujeitos, estará estimulando a autonomia e o empoderamento, entretanto, quando o ambiente familiar limita as experiências e as relações dessas pessoas, este estará fadado a vulnerabilidade e a dependência.

A Educação Emocional atravessa esse caminho buscando o desenvolvimento integral do indivíduo, possibilitando "que os cuidados maternais excessivos decorrentes da emoção do medo não tornem os filhos com deficiência vulneráveis e invisíveis, visando o seu empoderamento e protagonismo" (Bezerra et al, 2019, p.11), buscando o seu bem-estar, uma vez que, a educação acontece através das relações interpessoais, o que está diretamente ligado à habilidades e competências emocionais.

O medo é um sentimento muito comum e legítimo entre as mães de PcD, em especial com DI, uma vez que pensar no futuro desses sujeitos traz muita insegurança diante de uma sociedade que ainda impõe tantas barreiras e coloca esses indivíduos em

um lugar de inferioridade, dentro desse contexto, é fundamental empoderar esses sujeitos e fortalecer essas mães para que haja equilíbrio emocional.

A partir desse estudo, é possível compreender que as barreiras atitudinais no contexto familiar podem representar um obstáculo significativo à autonomia, à participação e à independência de pessoas com DI. Essas barreiras são construídas e reforçadas a partir de um olhar capacitista embebido pela superproteção e por ignorarem as capacidades e habilidades que esses sujeitos apresentam. A forma como a família enxerga e trata essas pessoas com DI poderá favorecer ou limitar as possibilidades de futuro e participação social desses sujeitos.

Santos e Costa (2019) trazem uma abordagem da área do Serviço Social apresentando suas contribuições no desenvolvimento intelectual e social da PcD através de um trabalho socioeducativo com as famílias. Sendo o primeiro grupo social onde qualquer pessoa está inserida, a família traz consigo um papel fundamental na construção desse indivíduo uma vez que, é por meio dela que eles começam a perceber o mundo a sua volta, influenciando tanto nas regulações emocionais quanto nas relações sociais.

As autoras abordam a dificuldade vivenciada pelas famílias no momento da constatação do diagnóstico, a falta de apoio e orientação, além da repercussão na dinâmica familiar assim como o impacto financeiro. O momento do diagnóstico gera na família uma fragilidade emocional, sentimentos como tristeza, culpa, perda do sonho idealizado e principalmente medo do futuro. Diante disso, é fundamental que esses familiares sejam acolhidos, recebam apoio e esclarecimentos para assim fortalecer os vínculos afetivos e construir um ambiente que contribua para o desenvolvimento pleno desses sujeitos.

Conforme foi observado no estudo de Santos e Costa (2019, p.4), “as famílias não aceitam a inclusão escolar, têm medo do preconceito social manifestado pelos profissionais da área da educação, dos alunos e das famílias dos mesmos”. O sentimento manifestado por esses familiares se justifica devido às dificuldades que a sociedade adquiriu culturalmente em romper com a discriminação e aceitar a inclusão, fortalecendo assim a necessidade de conscientização dessas famílias para que através do empoderamento possam reivindicar os direitos e participação das PcD.

Dessa forma, Santos e Costa (2019), concluíram que as famílias renunciam a sua vida ativa e laboral e, consequentemente, diminuem a renda familiar por priorizarem os

cuidados e atendimentos aos filhos. Apontou também que, em sua maioria, elas têm apenas a mãe como responsável pelas demandas da PcD. Sendo assim, ao empoderar essas famílias, elas contribuirão para promover uma conscientização de seus direitos, estimulando o desenvolvimento global das PcD e minimizando as barreiras atitudinais vivenciadas em seu cotidiano.

Filho et al (2019), analisam como se estabelece e se desenvolve a relação familiar em contexto com pessoas com SD a partir de uma revisão bibliográfica. Para isso, busca compreender os comportamentos e as diferentes etapas vivenciadas pela família desde o recebimento do diagnóstico, passando pelo processo de luto e aceitação, até a inserção e participação desse indivíduo no núcleo familiar.

Filho et al (2019), reconhecem a família como o primeiro espaço de desenvolvimento da criança exercendo influência direta sobre sua forma de se relacionar com o mundo ao afirmar que é "considerada como o primeiro agente educacional do ser humano, tem função principal como o sujeito se relaciona com o mundo a partir da sua localização na estrutura social" (Filho et al, 2019, p.3).

O estudo aborda o processo de luto vivenciado pelas famílias, compreendendo-o a partir de cinco fases. A primeira pode ocorrer ainda durante a gestação, com o recebimento do diagnóstico, podendo ser marcada por sentimentos de descrença e choque relacionado ao estigma associado à síndrome. A segunda fase caracteriza-se por protesto e ansiedade, desencadeado por sentimentos de negação, revolta e raiva. Já a terceira é marcada pela desesperança e pelo sentimento de impotência diante da situação, acompanhados pela insegurança em relação ao futuro e pela perda do sonho idealizado. Na quarta fase, geralmente situada após o nascimento, ainda se fazem presentes sentimentos de insegurança e ansiedade. Na quinta fase ocorre o acolhimento, com a integração do bebê à família e o início do processo de inserção social.

Por fim, os autores Filho et al (2019, p.6) concluem que:

> …a Síndrome de Down não interfere no desenvolvimento do indivíduo. Em um meio familiar adequado, acolhedor e bem preparado unido à compreensão de uma sociedade livre de estigmas e preconceito, uma criança com SD tem plenas condições de levar uma vida comum e normal.

Essa compreensão evidencia a importância atribuída pelos autores ao contexto familiar e social no processo de desenvolvimento da pessoa com SD, destacando o

papel da família e a necessidade de enfrentamento das barreiras decorrentes do preconceito ainda presente em sociedade excludente.

A pesquisa de Souza et al (2018), apresentou um estudo mostrando a realidade de uma aluna com DI tanto no contexto familiar como em sua vivência numa escola especial visando fazer um levantamento sobre seu cotidiano, demandas e apoios existentes. O artigo aponta o público da Educação Especial segundo a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (Brasil, 2025) seus direitos e a necessidade de conscientização da família e da sociedade na aceitação da inclusão.

Souza et al (2018) abordam o medo vivenciado pelas famílias no que tange à inclusão escolar, demonstrando a importância em permanecer realizando pesquisas nesse sentido, com intuito de contribuir com apoio a essas famílias, empoderando-as e ampliando as reflexões e redes de apoio, visto que é a partir do meio familiar que se estabelece a base para o desenvolvimento desses sujeitos.

O artigo aponta a descredibilidade da família em relação ao ensino regular, além de levantar questões como a carência de materiais de apoio e a necessidade de capacitação docente. Embora no Brasil exista uma legislação que busca assegurar a educação como um direito universal, entende-se que não basta apenas a existência de leis para respaldar a inclusão, é necessária uma mudança na conscientização da sociedade.

Por fim, Souza et al (2018) o estudo apresenta a descrença das famílias em relação à capacidade de aprendizagem desses indivíduos, evidenciando, mais uma vez, a importância de orientá-las a acerca de comportamentos que podem contribuir para a manutenção de barreiras atitudinais principalmente, enfrentadas pelas PcD, sobretudo aquelas com DI.

A partir desse estudo, é possível compreender que as barreiras atitudinais no contexto familiar podem representar um obstáculo significativo à autonomia, à participação e à independência de pessoas com DI. Essas barreiras são construídas e reforçadas a partir de um olhar capacitista embebido pela superproteção e sem considerar as capacidades e habilidades que esses sujeitos apresentam. A forma como a família enxerga e trata essas pessoas com DI poderá favorecer ou limitar as possibilidades de futuro e participação social desses sujeitos.

No segundo eixo sobre “relação família e escola”, também foram encontrados quatro textos: Oliveira, Ferreira e Soares (2019), Lima et al (2019), Diniz, Pinto e Daxemberg (2016) e Santos (2025).

O estudo apresentado por Oliveira, Ferreira e Soares (2019) traz uma análise histórica sobre a DI no contexto brasileiro, enfatizando a importância da família e da escola no processo de inclusão social e buscando enxergar esses sujeitos a partir de suas potencialidades. Abordando também as dificuldades enfrentadas na vida diária a partir do olhar e da experiência de vida dessa pessoa.

As autoras apresentam um estudo de caso, em que entrevistam uma jovem de 25 anos com DI, sua mãe e sua professora. Dentro desse contexto, elas buscam investigar as relações familiares, os caminhos para a inclusão e as barreiras enfrentadas pelos docentes na educação pública diante de um sistema de ensino tão precarizado “que não propicia suporte aos profissionais, que apenas integram os alunos nas instituições regulares, não assegurando materiais e nem formação continuada para os professores exercerem sua profissão eficazmente” (Oliveira, Ferreira e Soares, 2019, p.11).

A discriminação em relação à PcD ainda é muito presente em nossa sociedade e a educação pode ser um caminho na luta pela inclusão. Entretanto, é necessário que os docentes recebam formação, ressignifiquem suas práticas e estreitem os laços com as famílias, de forma que juntos lutem para que os direitos das pessoas com DI sejam garantidos.

Sendo assim, é possível perceber como as barreiras atitudinais influenciam no desenvolvimento da autonomia das PcD e isso é ainda mais evidente quando se trata de pessoas com DI. A família é o primeiro núcleo social na vida do ser humano, por isso é importante que esse seja o pilar que fortaleça esses sujeitos, promovendo autonomia, de forma que, ao longo da sua trajetória ele possa ser capaz de expressar seus desejos, fazer escolhas e buscar suas metas.

A escola vem como o segundo núcleo social mais significativo, que deve permear grande parte da vida desse sujeito e tem papel fundamental nessa caminhada, com intuito de estabelecer que ali seja um espaço de convivência plural, redefinindo paradigmas educacionais no intuito de construir uma sociedade mais equitativa. Desta forma, família e escola precisam caminhar juntos buscando desenvolver uma inclusão e conscientização da sociedade em relação aos direitos das PcD.

Lima et al (2018) também trazem o protagonismo da família no processo de inclusão e a importância de caminhar junto com a escola. A pesquisa mostra a importância dos aspectos psicoafetivos no processo de ensino e aprendizagem, buscando apresentar como a família pode contribuir nesse desenvolvimento. Elas utilizam como metodologia, o estudo de caso focado em uma estudante com SD e a metodologia utilizada pela família para promover seu desenvolvimento.

A pesquisa traz o apoio familiar como a base para um bom desenvolvimento de pessoas com SD, enfatizando a importância do estímulo de forma precoce, que somado ao investimento da escola poderá resultar em um futuro mais promissor. A relação entre família e escola precisa estar permeada no diálogo e na troca, de forma que uma possa colaborar com a outra em prol do desenvolvimento dos educandos (Lima et al, 2018).

> [...] incluir não se restringe apenas a sala de aula, mas é algo que *a priori* deveria vir de casa, o aluno tem que ser aceito primeiramente em sua casa, onde essa pessoa deve ter o apoio e o respeito de suas particularidades, para então a escola o acolher e fazer daquele ambiente algo atrativo e que não gere discriminações e preconceito (Lima et al, 2018, p. 2).

Na conclusão, Lima et al (2018) destacam a importância do estímulo da família desde muito pequena, oferecendo propostas mais lúdicas e concretas, buscando desenvolver habilidades e vivenciar atividades significativas, sem perder o foco das potencialidades da estudante. Uma pessoa não pode ser definida por um rótulo, ele precisa receber os estímulos e apoios necessários para o seu pleno desenvolvimento e com a parceria entre família, escola e profissionais especialistas, buscando o mesmo objetivo, respeitando as limitações e o tempo do indivíduo, conseguirão derrubar barreiras e fortalecer as habilidades necessárias, tornado esse processo viável.

O estudo apresentado por Diniz, Pinto e Daxenberger (2016), visa compreender a relação da família com a escola, o papel de cada uma nesse processo, tendo como enfoque um aluno com SD que cursou a primeira série da Educação de Jovens e Adultos (EJA), relatando a opinião da mãe, da professora e de seis amigos sobre essa inclusão.

O incentivo da família funciona como uma alavanca na vida de qualquer indivíduo, com crianças com SD essa motivação precisa ser ainda mais frequente e desde muito cedo. Estimular as crianças com SD à participarem do meio social, à terem autonomia e à interagirem com seus pares refletirá de forma significativa no seu desenvolvimento cognitivo e será um diferencial na vida adulta.

> É preciso estimular o aluno a capacidade de aprender e participar no processo escolar. Sendo assim, a família não pode estar de fora desse processo de ensino e aprendizagem. Para que a pessoa com SD aprenda, é preciso que desde sua infância seja motivada a aprender, a desenvolver a sociabilidade necessária para contribuir para uma sociedade devidamente inclusiva (Diniz; Pinto; Daxenberger, 2016, p. 3).

Entretanto, a pesquisa revela que as leis brasileiras respaldam a inclusão, mas ela ainda não acontece de fato, muitas famílias desconhecem os direitos de seus filhos no que se refere à inclusão e essa desinformação leva-os a desvalorizarem a importância desses sujeitos estarem na escola. Os estudantes entrevistados, em sua maioria, também trouxeram falas excludentes, relatando que pessoas com SD atrapalham o aprendizado dos demais. Já com os docentes, foi possível compreender que falta formação continuada e aprofundamento sobre práticas inclusivas, uma vez que eles sentem-se inseguros e despreparados para trabalharem com estudantes com SD (Diniz; Pinto; Daxenberger, 2016).

Com esse estudo, as autoras também buscaram compreender de que forma as características do fenótipo da SD podem contribuir para influenciar as barreiras enfrentadas por essas pessoas, dificultando sua participação tanto em sala de aula quanto em diferentes espaços sociais. Além disso, destacam a importância da participação da família nesse processo, que muitas vezes por medo do estigma que podem sofrer acabam intensificando essas barreiras no próprio contexto familiar.

Na pesquisa de Santos (2025), ela traz como metodologia o estudo de caso, buscando compreender de forma mais aprofundada, o desenvolvimento de habilidades musicais de um estudante com DI, destacando fatores positivos e os obstáculos dentro desse processo. Ela também apresenta a música como uma ferramenta de inclusão educacional, convidando professores a sensibilizarem seus olhares diante de estudantes com DI, buscando enxergá-los além da sua deficiência.

Como resultado, a autora traz o desenvolvimento musical de uma pessoa com DI, a partir de um aplicativo de teclado virtual chamado *Walkband*, que proporcionou trabalhar a expressividade musical, através da escuta e reprodução de notas, demonstrando sua potencialidade autodidata. A música proporciona para esse sujeito um envolvimento intenso e foco nas atividades musicais. Ela também aborda o conceito de deficiência e as diferentes nomenclaturas para referir-se a PcD que foram sendo modificadas ao longo dos anos e trazendo um novo olhar da sociedade para essas

pessoas. Essa mudança linguística, baseada no [5]modelo social da deficiência, deixa claro que as barreiras estão na sociedade e não nas pessoas.

Como conclusão, Santos (2025) traz a importância de valorizar a autonomia de pessoas com DI, uma vez que, independente das suas limitações, esses indivíduos têm desejos e sonhos que precisam ser ouvidos. Oferecer possibilidade de diferentes tipos de aprendizagem, de forma que atenda as singularidades de cada um e a música é um desses instrumentos, que promove o pertencimento e o protagonismo social.

A legislação voltada para os processos de inclusão é robusta e detalhada, mas é necessário que essas informações cheguem às famílias para que elas possam lutar pelos direitos de seus filhos, possam conscientizá-los e exercer conscientemente o seu papel. As escolas também precisam oferecer para seus docentes e toda comunidade escolar formação e informação sobre a temática, uma vez que a inclusão é papel de todos e precisa acontecer nos diversos espaços sociais e a escola pode ser uma ponte nesse processo.

Diante disso, destaca-se a necessidade de construção de laços entre a família e a escola, para que juntos possam pensar em estratégias, apoios e recursos que favoreçam a autonomia e a independência desses sujeitos, de forma que eles possam fazer escolhas, desenvolver habilidades e ser protagonista de sua vida, pautada no reconhecimento das potencialidades e dos direitos das PcD.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os artigos analisados destacam a importância do papel da família como o primeiro núcleo de socialização, que influência significativamente na construção da autonomia e no desenvolvimento global do sujeito. Entretanto, o diagnóstico de um filho também traz o sentimento de insegurança, medo, culpa, tristeza e preocupação com o futuro, especialmente com a figura materna, que é quem, geralmente, se responsabiliza pela maior parte do trabalho. Todos esses sentimentos corroboram ainda

[5] De acordo com Diniz (2003, p. 2) “Os primeiros teóricos do modelo social definiam-se em oposição a todas as explicações individualizantes da deficiência, pois, a deficiência não deveria ser entendida como um problema do indivíduo, uma tragédia pessoal, mas consequência dos arranjos sociais pouco sensíveis à diversidade”.

mais para o fortalecimento dessas barreiras, provocando situações de dependência e isolamento.

Os estudos também apontam o quanto os docentes sentem-se inseguros e despreparados para trabalhar com PcD, em especial com DI. Dessa forma, cabe destacar a importância de oferecer formação continuada para os professores, acesso à informação, maior articulação com as famílias, uma vez que, ter uma legislação tão robusta, como acontece no Brasil, não garante a inclusão efetiva. Logo, a conscientização da comunidade escolar e da família poderá combater o preconceito e possibilitar maior participação do PcD nos meios sociais.

Nesse sentido, o estudo também evidencia a existência de concepções que subestimam o potencial de aprendizagem desses indivíduos, reforçando a necessidade de orientar as famílias quanto às práticas e atitudes que podem contribuir para a perpetuação das barreiras atitudinais, por exemplo, enfrentadas pelas PcD, especialmente aquelas com DI.

Reconhecer as potencialidades de pessoas com DI, valorizar seus desejos, permitir que elas façam escolhas e tomem decisões, possibilitará mais autonomia e o protagonismo de suas vidas, evidenciando que a superação de barreiras depende das relações que são estabelecidas entre familiares, na escola e no meio social. Logo, a análise evidenciou que, apesar da relevância da temática para a inclusão e o desenvolvimento das pessoas com DI, ela ainda é pouco explorada nas pesquisas deste congresso.

Diante dos estudos analisados, podemos concluir que o medo e a falta de informação, associados ao estigma ainda presente em relação à deficiência, podem contribuir para a construção e manutenção de barreiras atitudinais no contexto familiar, limitando o convívio e dificultando o desenvolvimento de habilidades voltadas para a autonomia. A associação da deficiência à incapacidade também pode repercutir na forma como as famílias compreendem as potencialidades desses sujeitos e o papel da escola, muitas vezes percebida apenas como espaço de socialização, e não de aprendizagem e desenvolvimento. Os estudos apontam, ainda, a necessidade de repensar a formação docente, de modo a oferecer aos profissionais subsídios para o desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas.

Nesse sentido, evidencia-se a necessidade de ampliar os estudos voltados à conscientização das famílias e da sociedade, buscando romper com esses paradigmas e

contribuir para o desenvolvimento integral das pessoas com DI, respeitando suas especificidades e potencialidades.

Palavras-chave: Deficiência intelectual, Família, Barreiras atitudinais, Revisão integrativa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 20 set. 2026.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf Acesso em: 20 set. 2026.

BRASIL. Decreto no 6.949, de 25 de agosto de 2009. **Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo**, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm Acesso em: 20 set. 2026.

BRASIL. Lei no 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2015a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 17 set. 2026.

BRASIL. O Decreto no 12.773, de 8 de dezembro de 2025. Altera o Decreto no 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a **Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htmtm Acesso em: 20 set. 2026.

BEZERRA, M. M. R.; DANTAS, S. A. de S. M.; BEZERRA, A. V.; DANTAS, T. C. A educação emocional e vivência do medo em mães de estudantes com deficiência intelectual. In: **Anais VI Congresso Nacional de Educação – CONEDU.** Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/58235 Acesso em: 20 jul. 2026.

DINIZ, L. R.; PINTO, E. C. C.; DAXENBERGER, A. C. S. Relação família e escola de um aluno com síndrome de Down no município de Remígio, Estado da Paraíba. In: **Anais III Congresso Nacional de Educação – CONEDU.** Campina Grande: Realize Editora, 2016. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/22163 Acesso em: 20 jul. 2026.

FILHO, G. D. M.; ALVES, G. J. O. R.; CÂMARA, J. F. da; PASSOS, F. M.. Síndrome de Down e o meio familiar: comportamento, inclusão e preconceito. In: **Anais VI Congresso Nacional de Educação – CONEDU.** Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/62626 Acesso em: 21 jul. 2026.

FORRETA, M. de F. A. **Pode alguém ser quem não é?: percursos de transição para a vida adulta de indivíduos classificados na categoria deficiência intelectual.** 2018. Tese (Doutorado em Educação – Formação de Adultos) – Instituto de Educação, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2018. Disponível em: https://repositorio.ulisboa.pt/entities/publication/2137a40e-ec6b-4ee1-9234-d6100976cfe0 Acesso em: 23 set. 2026.

LIMA, X. da M. A.; LIMA, I. da M. A.; LIMA, M. J. de; LUCENA, A. M. A. O estímulo da família e a promoção da aprendizagem de uma educanda com síndrome de Down. In: **Anais V Congresso Nacional de Educação – CONEDU.** Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD1_SA11_ID5709_22082018080714.pdf Acesso em: 21 jul. 2026.

MELLO, L. S.; CABISTANI, L. G. Capacitismo e lugar de fala: repensando barreiras atitudinais. **Revista da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, ano 10, v. 23, p. 118-139, jan./abr. 2019. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/551797794/Capacitismo-e-Lugar-de-Fala Acesso em: 18 set. 2026.

OLIVEIRA, J. da C.; FERREIRA, A. L. S.; SOARES, A. C. S. A luta pela inclusão da pessoa com deficiência intelectual: desafios da família e da escola. In: *Anais* **VI Congresso Nacional de Educação – CONEDU.** Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: https://ns1.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/58620 Acesso em: 21 jul. 2026.

SANTOS, S. C. dos. Desenvolvimento de competências em indivíduos com deficiência intelectual: um estudo de caso. In: **Anais XI Congresso Nacional de Educação – CONEDU**. Campina Grande: Realize Editora, 2025. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2025/TRABALHO_COMPLETO_EV214_ID9799_TB2814_27102025134113.pdf Acesso em: 22 jul. 2026.

SANTOS, T. P. dos; COSTA, S. M. A família da pessoa com deficiência intelectual em Salvador – Bahia. In: **Anais VI Congresso Nacional de Educação – CONEDU.** Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: https://ns1.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/58322 Acesso em: 20 jul. 2026.

SCHALOCK, R. L.; LUCKASSON, R.; TASSÉ, M. J. **Intellectual disability**: definition, diagnosis, classification and systems of supports. AAIDD, 12a ed., 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/349409269_Schalock_R_L_Luckasson_R_Tasse_M_J_2021_Intellectual_disability_Definition_diagnosis_classification_and_systems_of_supports_12th_Edition_Washington_DC_American_Association_on_Intellectual_and_Developm Acesso em: 11 set. 2026.

SOUZA, M. T. de et al. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, São Paulo, v.8, n. 1, p. 102-106. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 22 jul. 2026.

SOUZA, K. A. C. et al. O olhar da família sobre o ambiente educacional em que a pessoa com DI está inserida. In: **Anais V Congresso Nacional de Educação – CONEDU**. Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD1_SA10_ID5782_28082018101420.pdf Acesso em: 21 jul. 2026.

WHITTEMORE R.; KNAFL K. The integrative review: updated methodology. **Journal of Advanced Nursing.** V. 5, n. 52, p. 546–553, 2005.